

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA NOÇÃO DE HISTÓRIA PARA A ANÁLISE DO DISCURSO

Lilian Carvalho (GERCAD – UFSCar)

O Estruturalismo e a Análise do Discurso

Ferdinand de Saussure, em seu Curso de Lingüística Geral – desconsiderando neste trabalho qualquer questão que envolva a autoria desta obra – propunha abordar a língua como um sistema no qual cada um de seus elementos só pode ser definido pelas relações de equivalência ou de oposição que mantém com os demais elementos. Em outras palavras, diz que a língua não depende dos elementos considerados por ele como externos, tratando-se de um sistema a parte, suficiente em si. Nesta obra, um capítulo é dedicado aos elementos internos e os elementos externos da língua; neste, Saussure exclui de sua definição de língua tudo o que for estranho a seu sistema, seu organismo, eliminando todas as determinações exteriores e causas que podem afetá-la, sejam elas fatos de etnologia, de história política, de história de instituições, fatos geográficos, ou seja, “todos os fatores que não dizem respeito ao organismo interior do idioma”. Neste capítulo ainda, Saussure faz a tão conhecida analogia entre o sistema lingüístico e o jogo de xadrez:

a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria. Uma comparação com o jogo de xadrez fará compreendê-lo melhor. Nesse jogo é relativamente fácil distinguir o externo do interno; o fato de ele ter passado da Pérsia para a Europa é de ordem externa; interno, ao contrário, é tudo quanto concerne ao sistema e às regras. Se eu substituir as peças de madeira por peças de marfim, a troca será indiferente para o sistema; mas se eu reduzir ou aumentar o número de peças, essa mudança atingirá profundamente a

'gramática' do jogo. Não é menos verdade que certa atenção se faz necessária para estabelecer distinções dessa espécie. Assim, em cada caso, formular-se-á a questão da natureza do fenômeno, e para resolvê-la, observar-se-á esta regra: é interno tudo quanto provoca mudança do sistema em qualquer grau. (2000, p. 31)

Assim, de acordo com Saussure, podemos notar que os elementos externos seriam a procedência do jogo, a matéria utilizada para a confecção, bem como a forma das peças, por exemplo; e os elementos internos, seriam aqueles relacionados com as regras, as que afetam diretamente o objetivo do jogo e que viriam a ser o objeto de estudo da Lingüística. As noções saussurianas mostram os filtros que diferem o que está dentro/fora da língua presentes no conceito de língua: enquanto sistema de signos - nível interno - e enquanto instituição social - nível externo.

A Análise do Discurso – doravante AD – surge a partir do desconforto que essa noção, dentre outras, trouxe a Michel Pêcheux: será mesmo isso o suficiente para explicar os fenômenos da língua? A nova disciplina interpela e contesta a Lingüística para se fundar enquanto saber científico, colocando a história como um dos pontos mais importantes para o seu desenvolvimento bem como analisando o quanto influencia o discurso dos sujeitos afetados pela história e providos de ideologia. Para a AD, os fenômenos históricos, sociais, políticos, ideológicos, as condições que possibilitam o texto alteram o discurso, ao contrário do que pensou Saussure. Tais fenômenos são partes constituintes do discurso e modificam o sentido: o fator externo é determinante para o funcionamento da língua.

Desde o projeto teórico apresentado, Análise Automática do Discurso, datada de 1969, a exterioridade, até então desconsiderada pela Lingüística, passa a ser parte integrante dos estudos iniciados por ele. Já naquele momento, existe a sutil indicação de que o estranho ao organismo, ao sistema, como considerou Saussure, não seja tratado desta forma. A proposta da análise automática do discurso vem também de encontro com a análise de conteúdo, prática vigente na época, que visava alcançar um sentido estável, 'correto', extraindo o sentido ideal dos textos, o qual o locutor conferiu no ato da produção do texto. A análise

de conteúdo preocupou-se com o que o texto quer dizer, enquanto a AD preocupa-se com a maneira como este texto significa, colocando a interpretação em questão, trabalhando seus limites e seus mecanismos. Não há verdades ocultas atrás do texto, mas gestos de interpretação que o constituem e que cabe ao analista compreender.

A fundação da disciplina foi definida a partir da articulação de três regiões do conhecimento – seja problematizando ou reinventando seus conceitos, a fim de fazerem funcionar ao mesmo tempo na prática discursiva – a saber: o materialismo histórico, a lingüística e a teoria do discurso. A primeira lida com as formações sociais e suas transformações, além da teoria das ideologias; a lingüística compreende a teoria da sintaxe e da enunciação e a terceira com a teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Todas atravessadas e articuladas pela teoria do sujeito de natureza psicanalítica. O trabalho da AD sustenta-se na investigação da historicidade e da materialidade dos enunciados, sendo que, num primeiro momento, o foco principal foi a materialidade e, num segundo momento, a partir dos anos 1980, quando admite-se a existência do equívoco e a necessidade de se pensar o funcionamento das práticas discursivas. A respeito da equivocidade da língua, Pêcheux (2006) diz:

todo enunciado é intrinsecamente suscetível se tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. (...) Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso. (p. 53)

No primeiro momento, as noções de língua, sujeito e história não sustentavam a idéia do discurso enquanto acontecimento. A língua, percebida como materialidade para os processos discursivos, era pensada como uma estrutura fechada; a história era vista a partir dos estudos althusserianos de Marx como um lugar de luta de classes. E o sujeito era visto como assujeitado à ideologia, interpelado pelo Aparelhos Ideológicos do Estado. A partir da publicação de 1983, a língua passa a ser vista não tão estabilizada, como pensou Saussure; a história passa a ser pensada como descontínua e agenciada pelas lutas microfísicas materializadas nos acontecimentos discursivos e o sujeito dentro de

um quadro que relativize o assujeitamento ideológico e admita as resistências ao poder.

Ainda naquele primeiro momento, a Análise do Discurso se preocupava somente com o discurso político. A partir de um determinado momento, em que a França passa a questionar as teorias estruturalistas, aparece a preocupação de entender o discurso das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido, na maior parte das vezes silencioso. Trata-se da leitura para além dos Grandes Textos da Ciência e do Estado, proposta através da Nova História:

Em história, em sociologia e mesmo nos estudos literários, aparece cada vez mais explicitamente a preocupação de se colocar em posição de entender esse discurso, a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com os mecanismos de sobrevivência: trata-se, para além da leitura dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito e do Estado), de se por na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido. (2006, p. 48)

A história, no paradigma tradicional, diz respeito à política. A Nova História passa a se interessar por toda atividade humana. A base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social e culturalmente constituída. Destrói-se assim a distinção entre o que é central e periférico na história. A partir disso, é que Pêcheux passa a se interessar por outras formas de circulação, para além do discurso político.

O objeto para esta disciplina não é o texto em si como é para o estruturalismo: enquanto para o segundo o texto é o objeto de análise e tudo se justifica a partir dele, para o primeiro são as condições que possibilitam o texto, possível de ser dito em um determinado momento, questionando o porquê de certo texto se efetivar em determinado momento e não em outro, mobilizando questionamentos do tipo: aonde esse texto circula, em que período, quem o produz, o que não foi dito e o que isso significa, entre outros. Caso sejam modificadas tais condições de produção, muda-se o discurso. É importante frisar que discurso não é apenas língua ou fala, mas também o que se deixa de dizer, o que silencia e se realiza através da exterioridade. De acordo com Orlandi (2000):

- a. a língua tem sua ordem própria mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Lingüística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
- b. a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);
- c. o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Etimologicamente, a palavra discurso traz a noção de “curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem”, conforme Orlandi (2000). É efeito de sentido entre locutores. É necessário que sejam pensados esses efeitos de sentido de determinado acontecimento histórico em diferentes épocas. A língua, em si, enquanto sistema, assim como teorizou Saussure, não justifica os deslocamentos de sentido em diversos momentos. Além disso, preocupa-se também com a maneira que são produzidos os efeitos de sentido que circulam, em determinado momento histórico, na sociedade; e ainda, quem são os sujeitos autorizados a circular as materialidades para que se produza determinados efeitos de sentido e não outros, bem como quais materialidades possibilitam que esses sentidos sejam possíveis. Modificadas tais situações, também são alterados os efeitos de sentido produzidos pelo discurso. Dizer que a Terra é quadrada nos dias atuais traz efeitos de sentido completamente distintos daqueles produzidos no século XVI.

Saussure, ao optar por excluir a concepção de fala de sua teoria e assim, excluir a efetivação desse sistema, realizada por um sujeito individual – através de um mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar as combinações pelas quais este sujeito realiza o código da língua – e trabalhar com o conceito de língua, um sistema de regras, abstrato e social, apaga também a possibilidade de abordar a discursividade. Para constituir o discurso enquanto objeto, é necessário que se retome tais conceitos excluídos da teoria lingüística – a fala, como também a exclusão das instituições sociais, históricas, políticas, etc. Na visão do lingüista, a língua enquanto sistema é suficiente para si e responde a todas as questões que lhe caibam, o que lhe impede de considerar os mal-entendidos, as elipses,

os desvios, os equívocos como parte integrante da prática de linguagem. Já o analista do discurso incorpora tais desvios, como fatos próprios da língua e necessários para que se possa fazer uma análise capaz de compreendê-los.

Postas essas condições, questiona-se: como que o estruturalismo lida com isso? Como que, se a história não é constitutiva do discurso, poderia deslocar de sentido em determinado momento? Entendemos que a história é parte primordial para a compreensão do sentido dos enunciados, visto que cada acontecimento histórico gera um acontecimento discursivo, mesmo que o enunciado seja o mesmo.

Outros conceitos mobilizados pela AD que remetem à historicidade

A AD trabalhou com vários conceitos, muitas vezes reformulando-os, porém sempre remetendo à idéia de historicidade, seja no sentido, no sujeito, enfim, tudo o que se relaciona a esse tipo de análise. Abaixo, segue algumas ideias e conceitos mobilizados pela disciplina, a fim de demonstrar como é recorrente a historicidade e a sua importância para a fundação e embasamento teórico da AD. Para este trabalho, não serão consideradas discussões que giram em torno de alguns conceitos que possam ter sido reformulados ou desconsiderados ao longo do desenvolvimento da disciplina.

Compreendendo fundamentalmente os sujeitos e a situação de produção do discurso, as condições de produção tratam, em sentido estrito, do contexto imediato; em um sentido amplo, incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. A memória, tratada pela Análise do Discurso como interdiscurso, também faz parte da produção do discurso; é ela que faz valer as condições de produção. O conceito de interdiscurso é definido como o que se fala antes, em outro lugar, independentemente, que disponibiliza dizeres que afetam a maneira como o sujeito produz sentidos em certa situação discursiva. É todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que será dito. Assim se constitui o efeito do interdiscurso: É preciso que algo que dito por um sujeito específico em determinado momento seja esquecido, para que possa fazer sentido nas palavras de outro sujeito, em outro momento.

Courtine (1984) define o interdiscurso como um eixo vertical, onde temos todos os dizeres já ditos e esquecidos, considerados a constituição do discurso e que

representa o que pode ser dito e o intradiscurso – o eixo horizontal, da formulação – aquilo que o sujeito selecionou no eixo vertical em um momento e condições dadas. Logo, a constituição determina a formulação, pois só é possível formular se houver o acesso ao dizível, da memória, do já dito. Orlandi (2000) ainda acrescenta:

Paralelamente, é também o interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade. Pelo funcionamento do interdiscurso, suprime-se, por assim dizer, a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade. Isso faz com que, pensando-se a relação da historicidade (do discurso) e a história (tal como se dá no mundo), é o interdiscurso que especifica, como diz M. Pêcheux (1983), as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória. (p. 33)

Para Pêcheux, uma das questões primordiais quanto uma análise dos efeitos de sentido produzidos – como são produzidos, onde e como circulam – se efetiva em dado momento histórico, o que nos leva a concepção de acontecimento. Em AD, um acontecimento histórico é concebido como um evento, como um fato empírico fundacional que será discursivizado por diferentes posições de sujeito; no entanto, esse próprio acontecimento já é resultado de uma discursividade anterior. O acontecimento histórico é da ordem da realidade (do que está posto); esta, por sua vez, já é resultado de uma construção discursiva, criada a partir do real; a realidade está para “uma verdade”, como elemento passível de observação.

A partir disso, talvez se possa pensar o acontecimento histórico como algo pontual, capaz de gerar múltiplas discursividades, porém a maneira como a discursividade funciona é de outra ordem. Pêcheux (1990) entende que quando um acontecimento histórico estabelece uma ruptura capaz de gerar uma outra formação discursiva, se está diante de um acontecimento discursivo que rompe com a “estabilidade” anterior e inaugura uma outra “estabilidade” discursiva, mas não logicamente organizada, pois a mesma tem a ver com a ordem do discurso que joga com as materialidades lingüística e histórica. A ruptura, instaurada pelo acontecimento discursivo, é fundacional, no sentido de que instaura o “novo”; o

acontecimento discursivo é consequência do acontecimento histórico que passa a ser discursivizado, mas, por outro lado, um acontecimento só é considerado histórico quando o mesmo se torna discurso. Ele ainda observa que o acontecimento discursivo é o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória; é ele que desestabiliza o que está posto e provoca um novo vir a ser, reorganizando o espaço da memória que ele convoca.

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer do texto, também fazem parte dele. (ORLANDI, 2000, p. 30)

Quando falamos, nos filiamos a redes de sentidos, sem que exista a intenção de assim o fazer, já que não sabemos por que somos afetados por determinados sentidos e não outros. A nossa relação com os sentidos é determinado pelo acaso, pela história, pelo equívoco e pelo jogo da língua. A AD se propõe a tentar entender não o sentido, mas essas relações, esse saber que não se ensina e nem se aprende, mas que produz seus efeitos. Tal leitura permite fazer entender os efeitos de sentido que são produzidos em determinados discursos e em outros, bem como o que se deixou de ser dito – e o que isso significa. Quando optamos por uma parte do dizível, excluímos outras diversas, e isso também significa. O sentido não existe em si, mas determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido de acordo com as posições dos sujeitos que a usam e tiram seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

A formação discursiva se define como aquilo que determina o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada e pode ser vista como configuração específica dos discursos em suas relações. O discurso se constitui em seus sentidos porque o que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva para ter um sentido e não em outra e ter outro sentido.

As palavras em si não tem sentido próprio, mas seus sentidos vêm das formações discursivas nas quais se inscrevem. As formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas; logo, os sentidos são determinados ideologicamente, já que tudo o que é dito tem um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos.

A ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. As formações discursivas não podem ser pensadas como blocos homogêneos funcionando automaticamente, mas como constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas distintas.

De acordo com Orlandi (2000),

...trabalhamos continuamente a articulação entre estrutura e acontecimento: nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato. Sujeitos, ao mesmo tempo, à língua e a história, ao estabilizado e ao irrealizado, os homens e os sentidos fazem seus percursos, mantêm a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem. No discurso, no movimento do simbólico, que não se fecha e que tem na língua e na história sua materialidade. (p.53)

Conclusão

Os sentidos são sempre constituídos através da fala do outro que atravessa o discurso atual e se produzem sempre através de uma atualidade e uma memória: a heterogeneidade constitutiva do discurso. Esse caráter heterogêneo insere o discurso na História: todos os discursos sempre retomam e dialogam com outros discursos já-ditos. Os sentidos acontecem por razão desse caráter histórico. A produção de sentido se dá nesse jogo entre a repetição e os deslocamentos. O objeto passa a ser a relação entre intradiscurso e interdiscurso, para a compreensão das relações entre a estrutura e o acontecimento. Assim, todo discurso provém de um momento que já foi dito, que já foi visto, porém reconfigurado em outro momento.

Como podemos notar, os conceitos de Análise do Discurso se baseiam na historicidade do sentido. A própria noção de sentido já traz uma historicidade. Para que o sentido de um enunciado seja compreendido, deve-se já ter tido acesso aos constituintes desse enunciado em um outro momento. Caso não tenha, não se efetivará a sua atribuição de sentido. O sujeito é histórico. A história, para a AD, não tem a ver com a cronologia, mas com sentidos retomados que já haviam sido esquecidos. Em outras palavras, a historicidade do sentido não tem a ver com o tempo cronológico.

Bibliografia

- BURKE, P. (org.): A Escrita da História. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- COURTINE, J. J. Definition d' orientations théoriques et methodologiques en analyse de discours. Philosophiques, v.9, n.2, Paris, 1984.
- FERREIRA, M. (2001). Glossário de termos do discurso. Porto Alegre: Instituto de Letras UFRGS.
- ORLANDI, E.P. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2000
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org). Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. Sur la (dé) construction des théories linguistiques. DRLAV, 27, 1982, p. 1-24. Trad. bras. Sobre a desconstrução das teorias lingsticas. Línguas e Instrumentos Lingüísticos. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. (tradução: Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]), 3. ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- SAUSSURE, F. de. Curso de lingüística geral. Tradução de Antônio Chelini et al. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.